

Huntington e a negação da civilização africana

Este artigo constitui uma pequena contribuição para um debate secular sobre África, a sua história, a sua herança, a sua contribuição e o seu lugar no seio da humanidade. Já se tinha negado a África possuir uma história própria. Agora questiona-se a existência de civilização no continente africano na polemicíssima tese do «Choque das Civilizações» profetizada pelo Professor Samuel Huntington¹.

«O Choque das Civilizações»: um novo marxismo versão ocidental?

A expressão «Choque de Civilizações» foi utilizada pela primeira vez em 1990 por Bernard Lewis (académico americano, próximo dos meios neo-conservadores americanos). Em 1991, Barry Buzan retoma a expressão para ilustrar uma «guerra fria societal» entre o Ocidente e o Islão, tendo como palco a Europa. Finalmente, a expressão é consagrada e mediatizada por Samuel Huntington (1993, 1996).

Contrariamente à opinião da maioria dos pensadores do período pós-Guerra Fria, segundo a qual a principal clivagem ideológica entre nações seria, doravante, baseada em questões relativas aos direitos humanos, à democracia liberal e ao livre mercado da economia capitalista, Huntington acredita que o fim das ideologias será substituído por uma nova clivagem caracterizada pelo conflito cultural e civilizacional. A sua tese tem como premissas um futuro animado por conflitos com bases religiosas e culturais como última forma de confrontação entre povos. Paradoxalmente, Huntington adopta neste seu paradigma de conflito civilizacional uma grelha de análise inspirada na dialéctica marxista ao colocar o conflito entre civilizações como motor da história – tal como Karl Marx elegera a luta de classes como motor da história. Porque motivo o Professor Huntington vê, necessária e inevitavelmente, nas diferenças culturais e religiosas um conflito? Porque excluir as potencialidades de diálogo e complementaridade entre civilizações para o bem da humanidade em vez de considerar a diversidade como fonte de tensões permanentes e de conflitos?

A definição, a nomenclatura e mesmo o número de civilizações é muito ambíguo no pensamento de Huntington. A noção de civilização abarca espaços e realidades diferentes tais como Estado e grupos sociais (minorias étnicas e religiosas), grandes religiões (as civilizações tendo todas como origem uma grande religião que constitui o seu fundamento moral e político), proximidade geográfica assim como semelhanças linguísticas.

O mundo de Huntington é, assim, dividido em oito grandes civilizações:

- A Civilização Ocidental, fundada na base do Cristianismo Católico e Protestante.
- A Civilização Ortodoxa, fundada na base do Cristianismo Ortodoxo.
- A Civilização Latino-Americana, fundada na base do Catolicismo e nas estruturas políticas latino-americanas corporativistas herdadas da colonização.
- A Civilização Islâmica, fundada na base do Islão.
- A Civilização Hindu, fundada na base da religião hinduísta.
- A Civilização Chinesa.
- A Civilização Japonesa.
- A Civilização Africana (África Subsaariana, sem a África do Norte e o Corno da África), fundada sobre um conjunto de práticas animistas à qual não se reconhece a existência de uma religião dominante.

O mundo de Huntington é considerado por muitos críticos como simplista e arbitrário e assente no *self-fulfilling prophecy* (a profecia auto realizadora – à força de falar deles, os acontecimentos tão temidos acabarão por acontecer). A Civilização Chinesa é tida como a maior ameaça para o Ocidente uma vez que a cultura chinesa colide com os interesses americanos de não existência de uma potência regional no Sudeste Asiático. A Civilização Islâmica é considerada como uma potencial aliada da China por ambos serem animados por aspirações revisionistas e partilhando conflitos comuns com as outras civilizações, particularmente a Civilização Ocidental. Os interesses comuns identificados entre estas duas grandes civilizações são, nomeadamente, a proliferação de armamentos, os direitos humanos e a democracia, aspectos que entram em contradição

com os interesses e valores ocidentais. A tese do professor Samuel Huntington, longe de alcançar a unanimidade, é objecto de severas críticas aos seus diferentes paradigmas, implicações, metodologia e mesmo aos seus conceitos básicos. Interessa-nos neste artigo analisar a dúvida que paira sobre a existência ou não de uma civilização africana. Mas antes é importante nos entendermos quando falamos de civilização.

Civilização: uma noção de geometria variável

A definição do que é uma civilização, em particular a distinção entre civilização e cultura, tem sido um debate intelectual e académico pautado por grandes ambiguidades e profundas controvérsias.

Baseando no texto de Jean Cazeneuve², podemos distinguir três definições do termo civilização: em primeiro lugar, na linguagem corrente o termo civilização é associado a um juízo de valores, qualificando positivamente ou favoravelmente as sociedades para as quais utilizamos o termo. Este facto supõe que exista, inversamente, povos ou sociedades não civilizados ou selvagens. Em segundo lugar, a civilização é um aspecto da vida social cujas manifestações se concretizam nas instituições ou nas produções designadas por «obras das civilizações». Em terceiro lugar, a civilização é considerada produto de um grau elevado de evolução. A história e a etimologia da palavra «civilização» mostram que a mesma servia para designar os povos tidos como mais evoluídos relativamente a outros. Este facto leva Jean Cazeneuve a constatar que o termo foi utilizado num contexto colonialista ou imperialista para designar a cultura europeia, ocidental, como sendo superior às outras de maneira absoluta. A hipótese evolucionista utilizada na perspectiva de Spencer, permite considerar que uma sociedade é civilizada quando atinge um certo grau de complexidade, de heterogeneidade entre as suas partes, de diferenciação entre os seus órgãos segundo as suas funções. De maneira convencional, são retidos como traços característicos de uma civilização a urbanização (tida como resultado e símbolo da civilização); a técnica; a escrita, a arte,

a ciência, a organização política, jurídica e religiosa.

Ideia e imagem da África

A África sempre foi representada de uma certa forma no imaginário dos Europeus. No século XIX, e na primeira metade do século XX, quando a moderna disciplina de História foi introduzida nas universidades ocidentais, a percepção geral europeia era que a África, em particular a África Subsaariana, não tinha história. As suas sociedades eram vistas como primitivas, não possuindo uma consciência histórica colectiva. Tal percepção racial foi o suporte ideológico fundamental na era do imperialismo europeu e foi utilizado para justificar a partilha do continente no século XIX.

Foram as navegações portuguesas das descobertas que não só serviram para aprofundar o conhecimento europeu da África como iniciaram o processo que iria transformar o pensamento dos europeus sobre os africanos. O contexto para esta transformação foi o comércio transatlântico de escravos. É de referir que a escravatura foi um elemento essencial na época clássica do mundo mediterrâneo, tendo continuado sob várias formas na Europa medieval. De igual modo, a prática da escravatura foi largamente praticada no mundo muçulmano – incluindo a África do Norte – e também na África Subsaariana. Mas foi o comércio transatlântico de escravos (que, entre os séculos XVI e XIX, implicou a migração forçada de cerca de 12 milhões de africanos para as Américas) que sustentou uma relação explícita na mente dos europeus entre inferioridade racial, escravidão e África.

África: identidade e civilização

Culturalmente falando, entendendo a «Cultura» como a soma de ideias, crenças, valores e representações partilhadas pelos membros de uma determinada comunidade⁵, os africanos são depositários de uma cultura própria, riquíssima e autêntica, predominante nos nossos dias na expressão artística: música, dança, arte plástica, arquitectura, vestuário, decoração corporal, etc. Destas formas de arte, é, sem dúvida, a música a que tem sido historicamente mais

dinâmica ao nível continental e mundial. A fusão nas Américas dos ritmos africanos e canções europeias transformou a música popular, dando nascimento ao jazz, samba, son, rock, soul, reggae, rap, etc. Apesar das esculturas da África Ocidental terem chegado à Europa nos princípios de 1470, só com a conquista colonial é que a «Arte africana» se tornou popular no Ocidente. Célebres peças de arte ou esculturas de vários povos e culturas africanas tornam-se incontornáveis para os mais prestigiosos museus, galerias e colecções privadas ocidentais. É de notar que a influência da arte da África Ocidental e Central é, aliás, reflectida na obra de Pablo Picasso e de outros artistas vanguardistas baseados em Paris. No plano espiritual, a África é o continente caracterizado pela pluralidade confessional, indo do sistema de crenças tradicionais às religiões de revelação monoteístas, o Cristianismo e o Islão. Tal como as religiões tradicionais, estas duas grandes religiões chamadas religiões mundiais assumem várias formas, uma das quais constitui uma distinta contribuição africana na história destas crenças. Entre os exemplos das várias inovações africanas nestas grandes religiões, podemos citar, no Islão, a Confraria dos Murid, no Senegal, e, no Cristianismo, as Igrejas de Aladura, no Sudoeste da Nigéria, já enraizadas nas cidades da Europa e da América do Norte. Mas a maior «exportação» espiritual do continente africano são os Deuses Oeste-Africanos *Vodun* e *Orisba* que, no Brasil e nas Caraíbas, animam os rituais das crenças de *voodoo*, *santería*, *candomblé* e de outras religiões híbridas. No domínio da organização política, os africanos conheceram no passado variadíssimas formas de Estado, indo do mais absoluto tipo de monarquia às formas de organização diametralmente opostas, sociedades cuja ausência de identificáveis aristocracias ou de claras hierarquias de autoridade induziram certos antropólogos no passado a considerá-las como sociedades «acéfalas». Confrontados com sociedades onde os dirigentes não são identificáveis, os observadores exteriores concluíram rapidamente estarem perante uma anarquia primitiva em vez de uma ordem política. Esta opinião foi revista

com o tempo quando se compreendeu que estas «sociedades acéfalas» eram submetidas a autoridade (representada pelos seus «segmentos»: famílias, clãs, grupos de idade, cultos religiosos), tinham leis próprias e que estavam longe da anarquia. Cada região de África testemunha uma diversidade linguística, cultural e política, fruto de um processo milenar de movimentos humanos, de conquistas e de subordinações, de intercâmbios culturais, do comércio de longa distância, da disseminação de crenças religiosas, do colonialismo. Grandes impérios e reinos da antiguidade africana desenvolveram importantes e célebres civilizações das quais se destacam o Egipto (em torno do qual gira um grande debate sobre a sua negritude, o Egiptocentrismo); o Kush, tendo como capitais sucessivamente Kerma, Napata e Méroé, situado na terceira Catarata do Nilo, foi um importante centro de ouro e comercial entre a África Subsaariana e o Egipto; o Aksum, no Norte da Etiópia, foi um importante centro de comércio entre a África Oriental, a Índia e o Mediterrâneo. Na savana sudanesa e no Sahel, indo da costa do Senegal ao Kordofan, encontramos: o Ghana, país do ouro, primeiro grande reino do Sahel, tendo como capital Koumbi Saleh; o Mali, segundo grande reino do Sahel, com os centros intelectuais de Tombouctou e Djenné; o Sanghay, tendo como capital Gao; o Nok e o Kanem-Bornou. Na parte central e austral do continente, floresceram importantes reinos e civilizações como os Luba, Lunda, Kuba, Kongo, Buganda, Bunyoro, Ankole, Rwanda, Burundi e Monomotapa (este último entre o Zambeze e o Limpopo). Se hoje é notável a ausência de ruínas na África Tropical – apesar da região ter conhecido, no passado, importantes centros urbanos – a razão deve-se ao uso de materiais extremamente biodegradáveis, a erosão dos ventos desérticos, as intensas chuvas e as actividades subversivas das térmitas. Estes factores não deixaram vestígios se não os do «Grande Zimbábue» e as cidades de pedra na costa Swahili.

O que podemos concluir

Se não nos deixarmos fechar na tentação etnocêntrica e na definição simplista e redutora do professor Huntington, que

determina a religião como sendo o factor determinante da civilização, ignorando completamente as outras variáveis, podemos mais facilmente responder à dúvida suscitada pelo paradigma do «Choque das Civilizações» quanto à existência ou não de uma civilização africana. Reconhece-se como elemento comum à noção de civilização a complexidade, determinada em função de critérios axiológicos, morfológicos e intelectuais, tais como a urbanização, as artes, as técnicas, as normas, os valores, as formas de produção e de transmissão dos saberes, as organizações políticas e religiosas. Ora todos estes factores estão presentes de maneira autêntica e específica em África, tal como em qualquer outro continente. Um paralelismo com a civilização europeia permitirá traçar melhor o que consideramos constituir traços característicos e o denominador comum da civilização negro-africana. A construção civilizacional da Europa alicerçada na herança judaico-cristã, em termos humanos, é produto do cruzamento de vários povos (alguns oriundos da Ásia), de migrações e de emigrações, caracterizado por uma diversidade linguística com origem tanto no grego como no latim e possuindo como alfabeto o grego, o latino e o cirílico. Os seus valores essenciais são o ideal democrático, o princípio da representação e do contrato social, o princípio da separação dos poderes, a liberdade individual, a propriedade privada. De igual modo, exceptuando o Norte de África islâmico, parte integrante do *Dar-al-Islam*, a África Subsaariana, ou África Negra, cuja população era designada pelos comerciantes árabes de *bilād as-sūdān* (Terra dos Negros) representa uma realidade civilizacional tendo como matriz o animismo, caracterizada do ponto de vista humano por múltiplos contactos e cruzamentos de povos, de migrações e emigrações, herdando a tradição oral como forma de aquisição e transmissão do saber, uma expressão artística (música, dança, esculturas) específica, uma forma de expressão pela imagem e pelo ritmo. Os seus valores basilares são a importância capital do parentesco, o culto dos antepassados, a solidariedade, a harmonia nas relações sociais e o princípio da unanimidade, entre outros. A África é muito mais do que uma discordan-

te mistura ou justaposição de diferentes grupos tribais, culturas e religiões sem relações com os outros. Como qualquer outro espaço, a África Subsaariana é uma entidade com identidade própria mas animada por diferenças internas, em termos humanos e culturais. Como é óbvio, a distinção das civilizações implica a definição dos seus contornos no espaço e no tempo. Por exemplo, nos nossos dias, devemos falar de uma civilização ocidental, de uma civilização europeia ou de uma civilização anglo-saxónica, de uma civilização latina, ou de uma civilização francesa, de uma civilização alemã? O importante para qualquer estudo objectivo e responsável sobre estas questões é evitar os etnocentrismos e preconceitos que outrora serviram para legitimar as conquistas coloniais e insistir nos *interconnectedness* que permitiriam melhor apreender os movimentos de populações, relações comerciais e correntes culturais. Duas precauções se impõem nas abordagens destas questões. Ao insistirmos na autonomia da história e da civilização africana, corremos o risco de reforçar a velha ideia da particularidade e do isolamento da África. Mas também, ao insistirmos no *interconnectedness* com o mundo, devemos acautelarmos por forma a não diluirmos a essência da sua civilização num processo unilinear dominado pelo Ocidente. A contribuição da civilização africana para a história da humanidade deve ser reconhecida no seu justo valor, uma contribuição específica entre outras, nem superior, nem inferior. ■

¹ «The Clash of Civilizations?», *Foreign Affairs*, Vol. 72, n.º 3, 1993, pp. 22-49; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996.

² Jean Cazeneuve, «Civilization», in *Encyclopaedia Universalis*, p. 944.

³ John Parker & Richard Rathbone, *African History: a Very Short Introduction*, Oxford University Press, 2007.

⁴ Maurice Houis et Emilio Bonvini, «Afrique Noire. Langues», in *Encyclopaedia Universalis*, vol.1, pp. 486-491.

⁵ John Parker, op. cit.

Referências bibliográficas

- HUNTINGTON, Samuel – «The Clash of Civilizations?», *Foreign Affairs*, vol. 72, n.º 3, 1993, pp. 22-49.
 HUNTINGTON, Samuel – *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, 1996.
 PARKER, John, RATHBONE, Richard – *African History, a Very Short Introduction*, Oxford University Press, 2007.
Encyclopaedia Universalis
http://en.wikipedia.org/wiki/Clash_of_Civilizations
http://en.wikipedia.org/wiki/sub-Saharan_Africa
 LIAUZU, Claude – *Race et Civilisation, l'Autre dans la culture occidentale*. Anthologie historique, Syros/Alternatives, 1992.